

PESQUISA EM CONTEXTO AMAZÔNICO E OS DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES SIMÉTRICAS EM SITUAÇÃO DE CONFLITO SOCIOCULTURAL E AMBIENTAL

RESEARCH IN THE AMAZON AND THE CHALLENGES OF BUILDING SYMMETRICAL RELATIONSHIPS IN SITUATIONS OF SOCIO-CULTURAL AND ENVIRONMENTAL CONFLICT

Recebido em: 30/04/2024

Reenviado em: 15/08/2024

Aceito em: 29/08/2024

Publicado em: 14/10/2024

Jocilene Gomes da Cruz¹ 

Universidade do Estado do Amazonas

Katiuscia da Silva Auzier Antunes² 

Universidade do Estado do Amazonas

Andreia Benchimol de Andrade³ 

Universidade do Estado do Amazonas

Resumo: Pesquisas em comunidades, sejam elas constituídas por povos indígenas ou populações tradicionais, demandam percursos teóricos-metodológicos que promovam simetrias, relações dialógicas e, principalmente, reconheçam o valor dos diferentes saberes dos agentes sociais, retirando-os da condição de “informantes”, para reconhecê-los como colaboradores. Neste artigo objetivamos refletir sobre as experiências vivenciadas na pesquisa de campo e a adoção da triangulação metodológica em um estudo socioantropológico realizado junto a quatro comunidades indígenas localizadas nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Tupé e da Puranga Conquista, no estado do Amazonas. O surgimento dessas comunidades relaciona-se a conflitos envolvendo agentes e agências sociais distintos em torno das atividades turísticas realizadas por elas. A análise dos caminhos percorridos, nos leva a concluir que a percepção da realidade social é mais bem apreendida quando lançamos mão de diferentes estratégias metodológicas e quando consideramos, conforme nos orienta Latour (2012) que as relações e as tramas sociais são composições de uma rede formada por agentes humanos e não humanos, mediante a qual é possível compreender o contexto, no caso específico das comunidades, entender a origem dos conflitos e a permanência deles.

Palavras-chave: Pesquisa; Triangulação Metodológica; Simetria; Comunidades; Conflitos.

Abstract: Research in communities, whether made up of indigenous peoples or traditional populations, demands theoretical-methodological paths that promote symmetries, dialogical relationships and, mainly, recognize the value of the different knowledge of social agents, removing them from the condition of “informants”, to recognize them as collaborators. In this article we aim to reflect on the experiences in field research and the adoption of methodological triangulation in a socio-anthropological study carried out with four indigenous communities located in the Tupé and Puranga Conquista Sustainable Development Reserves, in the state of Amazonas. The emergence of these communities is related to conflicts involving distinct social agents and agencies around the tourist activities carried out by them. The analysis of the paths taken leads us to conclude that the perception of social reality is better understood when we make use of different methodological strategies and when we consider,

¹ Professora Associada da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: jgcruz@uea.edu.br

² Pesquisadora do Neicam – Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica, da Universidade do Estado do Amazonas. Email: kat.auzier@gmail.com

³ Pesquisadora do Neicam – Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica, da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: andreiabenchimol@gmail.com

as Latour (2012) advises us, that social relationships and plots are compositions of a network formed by human and non-human agents, through which it is possible to understand the context, in the specific case of communities, understand the origin of conflicts and their permanence.

Keyword: Research; Methodological Triangulation; Symmetry; Communities; Conflicts.

INTRODUÇÃO

A trajetória dos pesquisadores e dos grupos de pesquisa nos quais se filiam ao longo do seu “fazer pesquisa”, certamente é marcada por reflexividades sobre os caminhos percorridos, ou seja, sobre os percursos teórico-metodológicos e os desafios para operacionalizá-los no processo de implementação da pesquisa. Contudo, na maioria das vezes, em virtude das circunstâncias que permeiam esse fazer, centramos nossos esforços em apresentar os resultados, em elencar os produtos e impactos oriundos da pesquisa. De modo geral não transformamos em textos analíticos os caminhos metodológicos (o “estar lá”), como se não fosse tão importante etnografar esse fazer.

Este artigo se propõe a evidenciar e a analisar a experiência de “estar lá”, como nos orienta Oliveira (1996), que envolve o planejamento, as escolhas teórico-metodológicas e as ações empreendidas no campo propriamente dito. Um processo que se estruturou como as dinâmicas dos rios amazônicos, entre calmarias e turbulências, visando realizar um estudo Socioantropológico (CRUZ *et al.*, 2019; 2020), sobre os conflitos envolvendo a adoção do turismo por quatro comunidades indígenas, a saber: Núcleo de Diakuru, Aldeia Tuyuka, Comunidade Cipiá e Tatuyo, localizadas nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Tupé e da Puranga Conquista, no estado do Amazonas.

Essa experiência, portanto, perpassa pela reflexão sobre a elaboração de um desenho metodológico, sobre a execução dele, sobre os resultados obtidos e, sobretudo, sobre os desafios e as aprendizagens possibilitadas pelas relações simétricas estabelecidas com os interlocutores durante todo o período da pesquisa.

Dividimos o artigo em dois subitens. No primeiro contextualizamos o desenho metodológico elaborado para fazer o estudo socioantropológico nas comunidades, explicitando os motivos para fazê-los e os resultados almejados. Nesse subitem detalhamos as escolhas teórico-metodológicas e como elas foram essenciais durante a permanência no trabalho de campo. No segundo subitem apresentamos alguns dos resultados da pesquisa com o intuito de correlacioná-los às escolhas feitas e aos caminhos percorridos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Muitas são as possibilidades de uma pesquisa qualitativa, Flick (2009) nos indica a importância dos “desenhos” metodológicos, pois não existem receitas, pois cada objeto, cada campo nos conduzirá a um “desenho” específico, construído a partir do objeto de pesquisa.

Nesse sentido, apresentaremos o desenho que foi estruturado pelas pesquisadoras do Neicam/UEA durante a pesquisa de campo visando realizar um estudo socioantropológico em quatro comunidades indígenas designadas por seus representantes como: Núcleo do Diakuru, Aldeia Tuyuka, Comunidade Cipiá e Comunidade Tatuyo.

Destacamos, inicialmente, as orientações teóricas que adotamos ao realizarmos o referido estudo. Como sugere o próprio nome, escolhemos dentro da Sociologia e da Antropologia autores que nos auxiliassem nas reflexões sobre os conflitos oriundos das atividades turísticas adotadas pelas comunidades. Nesse sentido, as bases teóricas nos direcionaram para um olhar interdisciplinar. Assim, nos deixamos conduzir pelos apontamentos de Fazenda (2013; 2015); Japiassu (1976), particularmente.

Nesse percurso utilizamos a Teoria Ator Rede estruturada por Latour (2012), sendo essencial para as nossas análises, pois a usamos como uma espécie de lente em várias etapas da pesquisa, em especial para entender as complexas relações entre os envolvidos nas atividades turísticas desenvolvidas pelas comunidades.

A respeito da importância das relações simétricas nas pesquisas científicas, nos orientamos nos estudos de Santos (2009) concernentes às Epistemologias do Sul, quando nos propõe a realização de pesquisas pautadas no diálogo, no reconhecimento da importância dos inúmeros saberes e de quanto os diferentes agentes sociais tem a contribuir acerca da sua realidade e dos problemas que vivenciam, estando neles os caminhos para pensarmos em soluções de problemas e na projeção de ações visando melhorias socioeconômicas.

No que tange aos procedimentos metodológicos que compuseram o rol de estratégias para a obtenção dos dados realizamos: a entrevista narrativa, entrevista semiestruturada, observação participante, formulário socioeconômico, notas em caderno de campo, registros fotográficos e reuniões em grupo, formando assim o “desenho da pesquisa” (FLICK, 2009).

Cabe assinalar que a observação não participante foi a primeira a ser adotada nesse processo, por entendermos que “o observar e o ouvir” são fundamentais em todas as experiências de pesquisa. Nesse sentido, desde as primeiras viagens às comunidades indígenas, quando iniciamos em 2017 um Estudo Socioantropológico, até 2019, período correspondente a



análise da dinâmica das comunidades, nos utilizamos dessa prática. Podemos afirmar que foi a partir dela que todos os demais procedimentos foram elaborados e/ou ajustados, nos permitindo apreender os conflitos oriundos das atividades turísticas realizadas pelas comunidades; os desafios; a rede de relações conflituosas com os diferentes agentes sociais não indígenas; dentre outros.

Por meio da observação direta e, posteriormente, da observação participante, conseguimos a aproximação com as famílias indígenas, algo que foi acontecendo de forma gradativa. A frequência constante das pesquisadoras nas comunidades e a relação dialogal construída com elas resultou em uma relação de confiança. Ao longo da pesquisa foram muitas idas às comunidades, participação em reuniões e oficinas, conforme podemos verificar no quadro 01. Um extenso e intenso trabalho de campo que perdurou por cerca de três anos. No referido quadro apresentamos a linha cronológica das atividades, evidenciando como essa dinâmica se constituiu, incluindo as atividades “pré-campo”, até as do campo propriamente dito.

quadro 01 - Cronograma de atividades de 2017 a 2019.

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES - REUNIÕES E TRABALHO DE CAMPO			
ATIVIDADES EM 2017			
DATA	LOCAL	ATIVIDADE	PARTICIPANTES
25/01/2017	Comunidades/aldeia/núcleo	Visita da equipe do GT Indígena as comunidades	SEMMAS, SEMA, FOPEC, FUNAI, UEA/NEICAM, MPF, PGE, FEI, FUNAI
07/02/2017	SEMA/DEMUC	Reunião - primeira participação do Neicam em uma reunião do GT Indígena	SEMMAS, SEMA, FOPEC, FUNAI, UEA/NEICAM, MPF, FEI
21/03/2017	Oficina de trabalho RDS do Tupé	Reunião com os líderes dos “núcleos indígenas” – RDS do Tupé e RDS Puranga Conquista	CDEMUC/SEMA, FOPEC, FUNAI, FEI, SEMMAS, UEA/NEICAM
04/10/2017	SEMA /DEMUC	Apresentação da proposta para a realização do Estudo Socioantropológico	DEMUC/SEMA, SEMMAS), FUNAI, UEA/NEICAM
31/10/2017	UEA/ESAT	Oficina para a construção do Acordo de Visitação – Primeira parte	SEMAS, SEMA, FEI, AMAZONASTUR, UEA/NEICAM

29/11/2017	UEA/ESAT	Oficina para a construção do Acordo de Visitação – Segunda parte	SEMAS, SEMA, UEA/NEICAM
01 e 02/12/2017	Comunidades/aldeia/núcleo	Início do trabalho de campo – Coleta de dados	UEA/NEICAM
ATIVIDADES EM 2018			
DATA	LOCAL	ATIVIDADE	PARTICIPANTES
02 e 03/02/2018	Comunidades/aldeia/núcleo	Trabalho de campo – Coleta de dados	UEA/NEICAM
01/03/2018	Comunidades/aldeia/núcleo	Trabalho de campo – Coleta de dados	UEA/NEICAM
12/04/2018	Comunidades/aldeia/núcleo	Trabalho de campo – Coleta de dados	UEA/NEICAM
26, 27 e 28/04/2018	Comunidades/aldeia/núcleo	Trabalho de campo – Coleta de dados	UEA/NEICAM/MPF e equipe de Arqueologia
10/06/2018	Comunidades/aldeia/núcleo	Trabalho de campo – Coleta de dados	UEA/NEICAM
26/07/2018	Comunidades/aldeia/núcleo	Trabalho de campo – Coleta de dados	UEA/NEICAM
21/08/2018	Comunidade Indígena do Janauari	Visita para obtenção de informações preliminares	SEMMA, UEA/NEICAM
02/10/2018	Comunidades/aldeia/núcleo	Trabalho de campo – Coleta de dados	UEA/NEICAM
20/12/2018	Comunidades/aldeia/núcleo	Trabalho de campo – Coleta de dados	UEA/NEICAM
ATIVIDADES EM 2019			
DATA	LOCAL	ATIVIDADE	PARTICIPANTES
12/01/2019	Comunidades/aldeia/núcleo	Trabalho de campo – Coleta de dados	UEA/NEICAM
31/01/2019	Comunidades/aldeia/núcleo	Trabalho de campo – Coleta de dados	UEA/NEICAM
20/03/2019	Comunidade Colônia Central	Reunião do Conselho Gestor do Tupé / aprovação do Acordo de Visitação	Conselheiros da RDS do Tupé Equipe NEICAM
10/05/2019	Comunidade Nova Esperança	Reunião do Conselho Gestor da RDS Puranga Conquista/ aprovação do Acordo de Visitação	Conselheiros da RDS Puranga Conquista Equipe NEICAM
15/05/2019	Sede administrativa da RDS do Tupé	AUDIÊNCIA PÚBLICA	
12/06/2019	SEMA	Reunião com as lideranças indígenas para discutir os preços das apresentações culturais	SEMA, equipe NEICAM e lideranças dos “núcleos”
18/06/2019	Amazonastur	Reunião conduzida pela SEMA - “Normas e procedimentos para emissão de autorização de entrada nas atrações turísticas (RDS	SEMMA, SEMA, FEI, Funai, Amazonastur, UEA/NEICAM

		Puranga Conquista RDS Rio Negro, APA Puduari-Solimões e RDS Tupé)	agências, guias e outros
25/06/2019	Comunidades Tatuyo e Cipiá	Trabalho de campo -	UEA/NEICAM

Fonte: Relatório Final do Estudo Socioantropológico (CRUZ *et al.*, 2019).

Dentre as atividades que compuseram o “pré-campo”, destacamos a participação em algumas reuniões e eventos, que foram fundamentais para a compreensão das dinâmicas sociais e territoriais encontradas nas comunidades. A visita ocorrida no 25/01/2017 nas quatro comunidades, junto com os representantes das Instituições do Grupo de Trabalho Indígenas Tupé/Puranga/PS, foi essencial nesse processo e fez parte do “pré-campo”.

Outro momento de “pré-campo” foi a participação na reunião do Grupo de Trabalho Indígenas Tupé/Puranga/PS no dia 07/02/2017 na SEMA/DEMUC, com os representantes de várias Instituições que faziam parte do referido grupo. Durante essa reunião foram esclarecidos os propósitos do GT, o porquê da sua criação e o planejamento das atividades. Nessa reunião apresentamos a proposta de realizarmos um estudo socioantropológico.

A propositura de um estudo socioantropológico foi bem-vista pelos participantes do GT e no dia 21/03/2017, durante uma reunião na sede administrativa da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS), na RDS do Tupé, também apresentamos a proposta para as lideranças indígenas do núcleo do Diakuru, aldeia Tuyuka e comunidades Cipiá e Tatuyo. Nesse dia tivemos a oportunidade de conversar com as comunidades e apresentar os objetivos do estudo, a metodologia utilizada e a sua importância no contexto do ordenamento do turismo. Também foi durante essa reunião que obtivemos o termo de anuência das comunidades, documento necessário para oficializar a pesquisa junto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Duas datas do cronograma de atividades (quadro 01) são emblemáticas para nós. Nos referimos aos dias 31/10/2017 e 29/11/2017, pois foram nesses dias que aconteceu na Escola Superior de Artes e Turismo, da Universidade do Estado do Amazonas, as oficinas participativas, cujo objetivo foi a elaboração do Acordo de Visitação nas comunidades indígenas. Além das lideranças indígenas estavam presentes os representantes das instituições integrantes do GT Indígenas Tupé/Puranga/PS, responsáveis pelo planejamento e realização das oficinas.

O início do trabalho de campo propriamente dito aconteceu em dezembro de 2017, com a aplicação de um formulário socioeconômico, cujo objetivo foi conhecer a realidade das famílias indígenas, pois até aquele momento não existia nenhum dado sobre o número de famílias e pessoas que moravam em cada uma das quatro comunidades.

A demora em iniciarmos o trabalho ocorreu por falta de recursos financeiros para realizar as atividades que nos propusemos, pois embora essas comunidades estejam relativamente perto da cidade de Manaus, há um custo com combustível e demais despesas, que só foram viabilizadas a partir dessa data pela colaboração entre as instituições, particularmente da SEMMAS, que disponibilizou o transporte e o piloto ao longo de todo o trabalho.

O trabalho de campo seguiu um cronograma de visitas organizado em dias específicos, respeitando a disponibilidade dos indígenas, de modo a não comprometer a realização das suas atividades cotidianas, tanto domésticas quanto aquelas voltadas ao turismo. Conforme citado em páginas precedentes, o contato com as comunidades deu-se de forma dialogal, respeitando a pluralidade de conhecimentos, as dinâmicas culturais e os modos próprios de cada comunidade, primando por uma postura simétrica, deixando as lideranças indígenas à vontade para exporem suas percepções acerca de diferentes temas tais quais à vida cotidiana e ao turismo, sem imposição e/ou pressão para que falassem sobre assuntos indesejados ou tidos como polêmicos.

Para evidenciar de forma específica a experiência do trabalho de campo, destacaremos algumas informações sobre as entrevistas narrativas e a aplicação do formulário socioeconômico. Sobre o primeiro instrumento, podemos dizer que ele nos possibilitou uma vivência na cultura ancestral dos moradores das comunidades, nos mostrando também os impactos da colonização sobre suas vidas, que contribuiu para o processo de deslocamento dos povos indígenas do Alto Rio Negro para outros lugares.

Foram as narrativas que nos levaram a compreensão sobre a construção de novos territórios na região do Baixo Rio Negro, as dificuldades e os conflitos desencadeados nesses territórios a partir da adoção das atividades turísticas em virtude de acontecerem de forma desordenada, ou seja, realizadas em parceria com algumas agências de turismo e prioritariamente com pirangueiros⁴ que promovia uma atividade desordenada, que explorava e fomentava conflitos entre as comunidades.

⁴ Atravessador sem cadastro no Cadastur (Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos do MTur) que trabalha irregularmente como guia de turismo (DIAS, 2019, p. 21).

A respeito da aplicação do formulário socioeconômico, podemos dizer que para além de sua característica quantitativa, que nos possibilitou saber o número de família e pessoas em cada comunidade (dados inexistentes até então), ele ainda nos permitiu colocar as comunidades no mapa das duas RDSs (Tupé e Puranga Conquista), evidenciando seus processos de territorialização, suas características comunitárias, destacando cada uma delas como unidades específicas e não como algo genérico. Conforme Cruz *et al* (2019, p. 18):

Os gestores das RDSs usam o termo genérico “núcleo” para designar as territorialidades construídas pelos indígenas, por entenderem que são parte integrante das comunidades já existentes nessas RDSs. De acordo com os gestores, o núcleo do Diakuru e a aldeia Tuyuka estariam vinculados à comunidade São João do Tupé (RDS do Tupé), já às comunidades Cipiá e Tatuyo, à comunidade Tatulândia (RDS Puranga Conquista).

Para fins de apresentação e discussão dos dados levantados no estudo socioantropológico utilizaremos o termo comunidade e/ou a designação específica de cada uma (núcleo do Diakuru, aldeia Tuyuka, comunidade Cipiá e Tatuyo), evitaremos a designação núcleo, pois entendemos que ela não representa a forma como cada um dos grupos indígenas, nos seus respectivos processos de territorialização, se estruturou e se autodesignou mediante a sua relação com o lugar e com suas percepções sobre si, sobre suas culturas e identidades.

Por fim cabe enfatizar que essas comunidades não fazem parte das comunidades que oficialmente constam nos mapas das RDS do Tupé e da Puranga Conquista. Elas são unidades autônomas, criadas já há alguns anos e precisam ser incorporadas nos mapas oficiais, precisam ser reconhecidas como tais, reconhecendo seus processos de territorialização.

A partir das informações repassadas pelas comunidades a respeito de seus territórios, as pesquisadoras se mobilizaram para ajudá-las na luta em prol do reconhecimento territorial, assim com a ajuda de outros pesquisadores, viabilizaram as medidas das coordenadas geográficas e a criação de um mapa com a localização delas. A princípio esse mapa não foi plenamente aceito pelos respectivos gestores das duas RDSs, mas após três anos, com a elaboração do Plano Gestor da RDS Puranga Conquista, finalmente as comunidades Cipiá e Tatuyo foram incorporadas/reconhecidas. O Núcleo do Diakuru e a Aldeia Tuyuka ainda não foram, mas consideramos que esse reconhecimento oficial ocorra quando o Plano Gestor da RDS do Tupé for atualizado.

A utilização do formulário sem dúvida foi um meio necessário para se obter um quadro geral sobre as comunidades, particularmente em relação à composição familiar, saúde, escolaridade, documentação, habitação, renda, organização social, dentre outros. Paralelamente a aplicação desse instrumento fizemos entrevistas semiestruturadas e não

estruturadas (diálogos informais), essenciais para chegarmos às questões concernentes ao território, e sobre as dinâmicas das comunidades relacionadas às suas práticas cotidianas e suas relações conflituosas concernentes às atividades turísticas, as quais serão abordadas no próximo subitem deste artigo.

UM CAMPO EM CONFLITO: DADOS, ANÁLISES E CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

As Ciências Humanas, em termos gerais, e as Ciências Sociais de modo particular, têm suas bases epistemológicas voltadas para os estudos sobre as diferentes sociedades, suas especificidades socioculturais, econômicas, políticas, dentre outros. Nesse contexto, uma miríade de autores expôs suas análises sobre os temas e objetos das áreas do conhecimento supracitadas, destacando os desafios envolvendo esse tipo de pesquisa.

Estudos sobre as chamadas comunidades tradicionais e sobre os povos indígenas nos mostram o quão desafiador foi para os pesquisadores produzirem seus trabalhos sem forjarem visões estereotipadas e equivocadas sobre o que designavam como seus “objetos de pesquisa”. Clifford (2008) faz uma abordagem analítica e reflexiva sobre as etnográficas realizadas por antropólogos, que ao longo dos anos mudaram suas percepções tanto sobre o “estar lá”, como sobre o “estar aqui”.

Para o referido autor fazer etnográfico se completa com a escrita etnográfica, a experiência do “estar aqui”, que embora iniciado no trabalho de campo por meio das anotações no diário de campo, possui um lugar para a sua execução: o “gabinete”, sob o exercício do diálogo teórico que não poderia ser feito no campo. É para esta etapa do trabalho que se transcreve o olhar reflexivo de Clifford (2008), para quem, ao invés de escamotear a subjetividade, a escrita etnográfica deve reforçá-la por meio da prática auto-reflexiva, quando “o pesquisador se percebe no campo e não acima dele”. Esta reflexividade permite perceber a complexa realidade em que ele está inserido, e deve estar presente em todos os momentos do trabalho, tanto no “estar lá” quanto no “estar aqui”.

As mudanças na forma do pesquisador compreender seu objeto de pesquisa representaram um avanço significativo. Na Antropologia, o “objeto”, tornou-se “sujeito”; interlocutor; aquele que dialoga; que colabora na produção da escrita etnográfica. Portanto, na visão do autor é possível construir um diálogo entre o pesquisador e os sujeitos, reconhecendo, em determinado contexto, o “informante” como “um etnógrafo indígena” com voz e participação (CLIFFORD, 2008, p. 50). Isto não significa tornar o “nativo” um igual, ou tornar

o pesquisador “nativo”, mas garantir a coautoria “nativa” nos trabalhos, já que a etnografia é uma descrição em segunda mão (GEERTZ, 2004) e o texto etnográfico, polifônico (CLIFFORD, 2008).

Essa nova compreensão sobre a pesquisa científica produziu caminhos simétricos, enriquecendo as análises, os resultados e, ainda, provocando discussões sobre a importância de se pensar nas contribuições para além dos para a academia. Em suma, nas contrapartidas das pesquisas para as comunidades onde elas acontecem.

Cabe pensarmos, nesse sentido, quando a pesquisa é necessária para a comunidade? O que leva um pesquisador a “estar lá”, quem o chamou? Quem determinou que seria necessária realizar tal pesquisa? Essas são questões importantes, pois elas são determinantes ao desejarmos instituir simetrias nas pesquisas. Em termos gerais, a presença do pesquisador em uma comunidade deve acontecer quando estes decidem fazer uma parceria, quando pelo viés do diálogo entendem que haverá benefícios mútuos.

Há situações em que a pesquisa acontece em virtude de conflitos envolvendo diferentes agentes e instituições sociais, nesse caso, não ocorrem acordos prévios entre os pesquisadores, comunidades e instituições. Entretanto, isso não anula a construção de relações simétricas, porém é como se os pesquisadores chegassem “sem avisar”, não se constituindo em uma escolha prévia, nem tendo-se a priori a clareza sobre os benefícios e as contrapartidas. Residindo aí o maior desafio.

No primeiro subtítulo deste artigo detalhamos as escolhas metodológicas da pesquisa envolvendo quatro comunidades indígenas localizadas em duas RDSs no Amazonas. a partir daqui mostraremos os resultados obtidos mediante tais percursos, evidenciando as tramas das relações conflituosas e a necessidade de um olhar sensível acerca da realidade “objeto de estudo”.

Iniciamos relatando o surgimento e as circunstâncias em que as quatro comunidades indígenas foram criadas nas RDS do Tupé e da Puranga Conquista. Essas comunidades tiveram suas origens ligadas à comunidade São João do Tupé e aos desmembramentos que ocorreram desde a chegada do primeiro grupo familiar indígena formado, a princípio, por dois irmãos da etnia Desana provenientes do Alto Rio Negro que chegaram à comunidade no final da década de 1990 e iniciaram a implementação do turismo na região, desde então, os desmembramentos, que ocorreram por conflitos e tensões, se tornaram constantes (CRUZ *et al.*, 2018; 2019; 2020).

É importante frisar que a organização dessas informações se deu a partir da adoção de entrevistas narrativas, feitas com os moradores líderes, responsáveis pela criação das comunidades. Em um dos relatos uma liderança indígena destaca que do final de 1990 ao início dos anos 2000 o processo de migração indígena ocorreu primeiramente para a comunidade Colônia Central e depois para São João do Tupé onde iniciaram os primeiros trabalhos com o turismo visto como um meio para viabilizarem melhorias na comunidade.

Os indígenas desenvolviam a agricultura, paralelamente à implementação do turismo, posteriormente construíram uma oca coletiva, residências até que, por fim, o turismo começou a ser desenvolvido e gerar renda, substituindo integralmente a agricultura. É fundamental destacar que a comunidade São João do Tupé não é uma comunidade indígena, é uma comunidade não indígena que acolheu indígenas que se deslocaram do Alto Rio Negro.

O primeiro desmembramento familiar aconteceu na comunidade São João do Tupé, no grupo familiar indígena liderado pelos irmãos Desana que geriram a atividade turística em parceria até 2002, época em que os conflitos internos culminaram com o desentendimento entre eles. O rompimento dos irmãos deu origem à uma segunda oca de apresentação na mesma comunidade. Desenvolvendo o turismo no mesmo território, os irmãos se tornaram concorrentes e permaneceram assim até a saída definitiva de um deles da comunidade São João do Tupé, fato ocorrido no ano de 2014.

Com essa divisão deu-se origem à comunidade Cipiá, fundada em 2014, na RDS Puranga Conquista. Constam nos relatos que o grupo já desenvolvia o turismo desassociado do outro grupo indígena na comunidade São João do Tupé desde 2003, portanto esse foi o primeiro desmembramento. A nova organização comunitária visava garantir renda às famílias indígenas; dar continuidade ao turismo antes exercido na comunidade São João do Tupé e, sobretudo, promover uma divisão mais justa da renda advinda da atividade.

Após o primeiro desmembramento, anos depois aconteceu outro, na comunidade São João do Tupé, oriundo de relações conflituosas ligadas às questões financeiras geradas pelo turismo. Os indígenas que formaram a comunidade Tatuyo, na RDS Puranga Conquista, foram os primeiros a abandonar a comunidade São João do Tupé, dois anos depois, saíam o grupo que fundou a comunidade Cipiá, entre 2011 e 2012 para desenvolver experiências na atividade turística (CRUZ *et al.*, 2018; 2019; 2020).

Os primeiros conflitos e divisões ocorridos em (2002) na comunidade São João do Tupé, deram origem às comunidades Tatuyo e Cipiá, ambas na RDS Puranga Conquista. Em

2016 outro desmembramento aconteceria na comunidade São João do Tupé, outro grupo de indígenas insatisfeitos com a gestão do turismo na comunidade, se separaria para construir outra oca e replicar a experiência com o turismo. No primeiro semestre de 2016 o grupo trabalhava onde atualmente se localiza a aldeia Tuyuka, no segundo semestre de 2016 houve uma separação que originou o núcleo Diakuru, a poucos metros de distância da aldeia Tuyuka, ambas as comunidades estão localizadas na RDS do Tupé e, como as outras comunidades referidas anteriormente, foram organizadas para o turismo com atividades tais como: apresentação de danças, trilhas, pernoite e venda de artesanato.

O detalhamento dos conflitos e o histórico de cisões entre os grupos familiares responsáveis pelo surgimento de novas comunidades foram determinantes no processo de análise. Por esse prisma, as entrevistas narrativas cumpriram com êxito a compreensão de um “quebra-cabeça”: o cenário de crises entre grupos étnicos parentes, vindos de uma região e tronco cultural comum, o Alto Rio Negro.

As entrevistas seguiram as orientações dadas por Bourdieu (2007) para o qual é preciso, ao realizá-las, construir “uma comunicação não violenta”, devendo o pesquisador estar consciente de possíveis distorções e hábil para atenuá-las, já que elas são maiores quando há uma dissimetria cultural entre pesquisador e pesquisado. Esquecer este aspecto é como negar a “violência simbólica” que pode existir entre os dois interlocutores e aumentar a dissimetria. Na avaliação do autor deve-se reconhecer e controlar no próprio ato da entrevista os efeitos da estrutura social a qual ela se realiza (BOURDIEU, 2007).

As narrativas de cada um dos representantes/líderes das comunidades foco do estudo socioantropológico, versaram sobre argumentos, cujas “justificativas”, não se alojavam em aspectos da cultura indígena, mas da lógica de uma atividade econômica que se desenvolveu longe da sua vertente sustentável. Tais atividades turísticas infelizmente seguiram as premissas capitalistas, verificando-se a exploração da mão-de-obra dos trabalhadores (os indígenas que participavam das apresentações culturais) e a alienação promovida por parte de algumas agências e, principalmente dos pirangueiros, que levavam os turistas/visitantes para as comunidades.

Esses agentes sociais externos, em uma estratégia de continuar explorando as comunidades fomentava os conflitos entre os indígenas, envolvendo-os em um processo de alienação que os impedia de enxergar com clareza que estavam sendo ludibriados. As consequências dessa alienação e exploração foram durante muito tempo nefastas, por vários

motivos, particularmente por impossibilitar as comunidades de terem autonomia e de vivenciarem experiências com o turismo sustentável e de base comunitária.

Estar no campo de forma sistemática nos permitiu perceber que essa situação nasce de uma questão mais profunda: a das lutas territoriais e por direitos. Muitas comunidades se deslocaram de seus territórios em decorrência da invasão deles. Ao chegarem em outros territórios precisaram empreender lutas contra diversas situações, dentre elas a ausência do poder público. No cotidiano enfrentam/enfrentam dificuldades relacionadas à subsistência; a assistência a saúde, educação, a água potável; dentre outros.

Little (2001) reflete acerca dos conflitos que formam parte integral e inevitável da vida cotidiana na intenção de focalizar um tipo específico de conflito que nos últimos anos vem crescendo muito em importância e número: os conflitos socioambientais. O autor define os conflitos socioambientais como “disputas entre grupos sociais que são derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural”. O autor destaca ainda as dimensões do conceito

O conceito socioambiental engloba três dimensões básicas: o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos. Talvez o aspecto mais novo desta temática seja a maneira que o mundo natural retorna como elemento importante nos conflitos atuais (LITTLE, 2001, p. 57).

Guiando-nos pelos diferentes caminhos metodológicos compreendemos como a chegada em um novo território coloca as comunidades em uma luta diária para se manterem nele, nas condições que ele lhes oferece. Restritos a um pequeno pedaço de terra com regramentos específicos a condição de Reversa de Desenvolvimento Sustentável, algo que desconheciam em seus territórios tradicionais, são levados para uma situação de vulnerabilidade.

É a partir dessa condição que buscam se “adequar” em torno dos meios para garantir a subsistência, e quando encontram alguns dos parceiros com os quais passam a trabalhar com o turismo. Portanto, desde o início o turismo chega como algo central na luta pela subsistência. As atividades agrícolas e extrativistas estavam restritas tanto pelas limitações do território, quanto pelos regramentos ambientais intrínsecos a uma Unidade de Conservação Ambiental. Assim, infelizmente, foram para um tipo de atividade que não opera com os princípios de um turismo sustentável e de base comunitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa de campo realizada por quase três anos nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Tupé e da Puranga Conquista evidenciou o cenário conflituoso existente nas comunidades, advindas da chegada do turismo no território. Viu-se que o turismo chegou de forma desordenada a partir do final da década de 1990 e como resultado vem ocasionando sobretudo conflitos territoriais, tais como a divisão das aldeias, e a criação de novos “núcleos indígenas”.

É importante destacar que os resultados da pesquisa só foram possíveis devido ao uso de diversos caminhos metodológicos pautados no olhar simétrico e horizontal, uma vez que o território abriga vários conflitos, o “estar no campo” foi desafiador para as pesquisadoras.

A adoção da triangulação metodológica foi de suma importância em virtude da complexidade que envolve as circunstâncias da criação das quatro comunidades; de suas dificuldades em sobreviver em um território delimitado; e pela adoção de uma atividade econômica como alternativa de renda, mas que pela falta de ordenamento, gerou inúmeros conflitos.

As questões que envolvem o ordenamento e gestão dos territórios por povos indígenas requerem uma reflexão aprofundada. Por isso dispor de uma metodologia embasada na análise crítica, buscando entender como ocorrem atualmente os processos de territorialização dos povos indígenas é essencial. É importante destacar os fenômenos contemporâneos como os novos processos de territorialização que acontecem na região do Baixo Rio Negro, um deles ligado ao desenvolvimento do turismo que impacta diretamente nos processos sociais e territoriais nas comunidades.

Reafirmamos que os êxitos obtidos durante a realização do estudo socioantropológico deram-se em virtude do desenho metodológico adotado. Pelos desafios impostos, somente a interconexão entre percursos pode gerar um estado de reflexão constante, levando-nos a mudar a direção sempre que um instrumento se mostrou ineficiente, e/ou quando entendemos que para um “resultado”, muitos caminhos deveriam ser seguidos.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. Compreender. (Org) **A miséria do mundo**. Petrópolis, Vozes, 2007.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**/ James Clifford; organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

Página 14 de 15

DOI: <https://doi.org/10.56579/rei.v6i3.1280>

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 13. ed. São Paulo: Papyrus, 2008. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CRUZ, J. G.; AUZIER, K. S.; DIAS, L. C. S. (2019) **Relatório Final NEICAM: atividades turísticas realizadas pelas comunidades indígenas recém-criadas nas RDS do Tupé e Puranga Conquista**. Manaus, Brasil.

CRUZ, J. G.; AUZIER, K. S.; DIAS, L. C. S. A criação de comunidades indígenas em Unidades de Conservação e suas interfaces com o turismo: Uma análise sobre as dinâmicas no Baixo Rio Negro. In: G. C. G. Matos (org.). *Estudos a partir da teoria de Norbert Elias*. EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2020.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LATOUR, B. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador: Aduba, 2012.

LITTLE, P. E. Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política. In: **A difícil sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais**. Marcel Bursztyrn (org.) Ed. Garamond, 2001.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. **Revista de Antropologia**, Universidade de São Paulo (USP), v. 39, n. 1. 1996.

SANTOS, S. B. MENESES, M.P **Epistemologias do Sul**. Coimbra. Almedina, 2009.